



PLMJ

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

DESTAQUES DE 25 A 29 DE NOVEMBRO

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

DIREITO PÚBLICO

[Despacho n.º 15625/2013. D.R. n.º 232, Série II de 2013-11-29](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros - Gabinete do Ministro

Estabelece o regulamento de acesso e utilização das Salas das Altas Entidades dos aeroportos públicos nacionais

[Despacho n.º 15630/2013. D.R. n.º 232, Série II de 2013-11-29](#)

Ministério da Justiça - Gabinete da Ministra

Prorrogação do prazo para a Comissão de revisão do Código do Procedimento Administrativo, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Código de Processo nos Tribunais Administrativos concluir os seus trabalhos

ENERGIA

[Regulamento n.º 455/2013. D.R. n.º 232, Série II de 2013-11-29](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Regulamento de Qualidade de Serviço do Sector Eléctrico

[Despacho n.º 15674-B/2013. D.R. n.º 232, 2.º Suplemento, Série II de 2013-11-29](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia

Determina os valores para efeitos da remuneração do alisamento quinquenal dos proveitos permitidos para o ano de 2014

FINANCEIRO

[Despacho n.º 15378/2013. D.R. n.º 229, Série II de 2013-11-26](#)

Ministério das Finanças - Gabinete da Ministra

Prorroga o prazo para as entidades a que se refere o n.º 1 do artigo do artigo 2º do caderno de encargos do processo de reprivatização das empresas seguradoras do grupo Caixa Geral de Depósitos que integra o anexo I à Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-A/2013, de 30 de agosto, procederem à apresentação de propostas vinculativas de aquisição de acções objecto de venda directa

BANCO DE PORTUGAL

[Relatório de Estabilidade Financeira - Novembro 2013](#)

[Estudo 13 da Central de Balanços - Análise Sectorial das Empresas Não Financeiras em Portugal 2012-2013](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Instrução da CMVM n.º 4/2013 - Carteira de Organismos de Investimento Colectivo](#)

ISP - INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

[Norma regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 8/2013-R. D.R. n.º 229, Série II de 2013-11-26](#)

Instituto de Seguros de Portugal

Norma regulamentar n.º 8/2013-R: estabelece os índices trimestrais de actualização de capitais para as apólices do ramo «Incêndio e elementos da natureza», com início ou vencimento no 1.º trimestre de 2014

FISCAL

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Instrução da CMVM n.º 4/2013 - Carteira de Organismos de Investimento Colectivo](#)

FUNÇÃO PÚBLICA – RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICA

Tribunal Constitucional declara constitucional a LEI DAS 40 HORAS na Função Pública

[Acórdão n.º 794/2013](#)

Processos n.ºs 935/13 e 962/13

[Lei n.º 80/2013. D.R. n.º 231, Série I de 2013-11-28](#)

Assembleia da República

Estabelece o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas visando a melhor afectação dos recursos humanos da Administração Pública, e procede à nona alteração à [Lei n.º 12-A/2008](#), de 27 de Fevereiro, à quinta alteração ao [Decreto-Lei n.º 74/70](#), de 2 de Março, à décima segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 139-A/90](#), de 28 de Abril, à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 209/2009](#), de 3 de Setembro, e à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 132/2012](#), de 27 de Junho, revogando a [Lei n.º 53/2006](#), de 7 de Dezembro

IMOBILIÁRIO – CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS

[Portaria n.º 349-A/2013. D.R. n.º 232, Suplemento, Série I de 2013-11-29](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as actividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ)

[Portaria n.º 349-B/2013. D.R. n.º 232, Suplemento, Série I de 2013-11-29](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

[Portaria n.º 344/2013. D.R. n.º 230, Série I de 2013-11-27](#)

Ministério da Justiça

Define o serviço competente para organizar a lista de mediadores de conflitos, bem como os requisitos de inscrição, a forma de acesso e divulgação da mesma

[Portaria n.º 345/2013. D.R. n.º 230, Série I de 2013-11-27](#)

Ministério da Justiça

Regula o regime aplicável à certificação de entidades formadoras de cursos de mediação de conflitos e revoga a [Portaria n.º 237/2010](#), de 29 de Abril

SAÚDE

[Portaria n.º 347/2013. D.R. n.º 231, Série I de 2013-11-28](#)

Ministério da Saúde

Estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para o exercício da actividade das unidades privadas de diálise que prossigam actividades terapêuticas no âmbito da hemodiálise e outras técnicas de depuração extracorporal afins ou de diálise peritoneal crónica

TMT

Conclusões do advogado-geral no processo C-314/12 - Tribunal de Justiça da União Europeia

Segundo o advogado-geral Pedro Cruz Villalón, pode ser imposto a um fornecedor de serviços de Internet que bloqueie aos seus clientes o acesso a um sítio Internet que viola direitos de autor

Esta injunção judicial deverá designar as medidas de bloqueio concretas e garantir um equilíbrio adequado entre os interesses em confronto, protegidos por direitos fundamentais

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 81-A/2013. D.R. n.º 231, Suplemento, Série I de 2013-11-28](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Delega no Ministro da Economia, a competência para a prática dos actos decorrentes da [Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2012](#), de 22 de maio, que aprova a contratação da prestação do serviço universal de comunicações electrónicas, define os termos dos respectivos procedimentos concursais e autoriza a despesa inerente

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS LEGISLATIVOS

Rectificação ao Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013, relativo aos [requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento](#) e que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 ([JO L 176 de 27.6.2013, p. 1](#))

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

[Acordo Interinstitucional entre o Parlamento Europeu e o Banco Central Europeu](#) sobre as modalidades práticas do exercício da responsabilidade democrática e do controlo sobre o exercício das atribuições conferidas ao BCE no quadro do Mecanismo Único de Supervisão

Rectificação do Regulamento (UE) n.º 1071/2013 do Banco Central Europeu, de 24 de Setembro de 2013, relativo ao [balanço do sector das instituições financeiras monetárias](#) (BCE/2013/33) ([JO L 297 de 7.11.2013](#))

Rectificação do Regulamento (UE) n.º 1073/2013 do Banco Central Europeu, de 18 de Outubro de 2013, relativo às [estatísticas de activos e passivos de fundos de investimento](#) (BCE/2013/38) ([JO L 297 de 7.11.2013](#))

Rectificação do Regulamento (UE) n.º 1074/2013 do Banco Central Europeu, de 18 de Outubro de 2013, relativo aos [requisitos de informação estatística aplicáveis às instituições de giro postal que recebem depósitos do sector não monetário residente na área do euro](#) (BCE/2013/39) ([JO L 297 de 7.11.2013](#))

Rectificação do Regulamento (UE) n.º 1075/2013 do Banco Central Europeu, de 18 de Outubro de 2013, relativo às [estatísticas dos activos e passivos das sociedades de titularização envolvidas em operações de titularização](#) (BCE/2013/40) ([JO L 297 de 7.11.2013](#))

COMISSÃO EUROPEIA

[UE toma medidas para combater a evasão fiscal das empresas](#)

As alterações introduzidas no regime fiscal aplicável às empresas na UE visam aumentar as receitas dos orçamentos nacionais e criar condições de concorrência equitativas colmatando lacunas utilizadas por algumas empresas para evitar pagar impostos

[Comissão propõe regras com vista à protecção contra o roubo de informações comerciais confidenciais](#)

A proposta de directiva introduz uma definição comum para o conceito de segredos comerciais, bem como meios através dos quais as vítimas de apropriação ilegal de segredos comerciais podem obter reparação. Facilitará aos tribunais nacionais o processamento dos casos de apropriação ilegal de informações comerciais confidenciais, bem como a retirada do mercado dos produtos infractores do segredo comercial, facilitando às vítimas a obtenção de indemnizações na sequência de actos ilegais.

[Arranca o EUROSUR, um novo instrumento para salvar a vida aos migrantes e prevenir a criminalidade nas fronteiras da UE](#)

Em 2 de Dezembro de 2013, o sistema europeu de vigilância das fronteiras (EUROSUR) ficará operacional. O EUROSUR será um contributo decisivo para salvar a vida das pessoas que procuram, correndo grandes riscos, atingir as costas europeias. Além disso, a UE e os Estados-Membros passarão a dispor de instrumentos mais adequados para combater a criminalidade transfronteiriça, como o tráfico de seres humanos ou o tráfico de droga e, simultaneamente, para detectar e prestar assistência às pequenas embarcações em dificuldades, no pleno respeito das obrigações europeias e internacionais, nomeadamente o princípio da não repulsão.

CONSULTAS PÚBLICAS

[Rumo à aplicação de Normas Europeias de Contabilidade aplicadas ao Sector Público \(EPSAS\) para os Estados Membros da UE – Consulta pública sobre a futura estrutura e princípios de governação das EPSAS](#)

25.11.2013 – 17.02.2014

CONSELHO DA EUROPA

[Consulta pública sobre o futuro do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem](#)

O Conselho da Europa lançou uma consulta pública sobre o futuro do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH), com enfoque, entre outras matérias, no papel do TEDH na protecção e na interpretação dos direitos individuais, nas eventuais reformas para reduzir a pendência judicial no Tribunal e no procedimento de execução das decisões judiciais e o papel das autoridades nacionais neste procedimento.

Semana 29 de Outubro a 4 de Novembro 2013

PLMJ

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

FUNDAÇÃO
PLMJ
Luís Espinheira
Diretor
Cbra. da Coleção
da Fundação PLMJ

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre o regime de salvaguarda de activos estratégicos essenciais para a defesa e segurança nacional e para a segurança do aprovisionamento do País em serviços fundamentais para o interesse nacional, nas áreas da energia, transportes e comunicações, através da instituição de um procedimento de avaliação às operações relativas a esses activos.
- Actualização do Plano Nacional de Emergência de Protecção Civil (PNEPC)
- Diploma que regulamenta o regime de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares dos ensinos básico e secundário.
- Revisão do regime jurídico da formação contínua de professores.

(...)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.



"Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano"
Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012



"Sociedade de Advogados Ibérica do Ano"
The Lawyer European Awards, 2012



"25ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa"
Financial Times – Innovative Lawyers Awards, 2011-2013

